

LUTA SOCIAL – TENTATIVA DE CONCEITUAÇÃO

Luís Augusto Fischer

1. Natureza deste ensaio

Este é um esforço de raciocínio, uma reflexão em forma de texto, sobre o conceito de “Luta social”, espécie de mote que temos tomado como forma de encontrar um terreno comum de ação intelectual. Este não é, nem pretende ser, um texto fechado. É matéria de debate. O foco é o de procurar formular o problema num patamar ao mesmo tempo suficientemente claro e preciso e aberto à conversa. Idealmente, esta intervenção aspira à condição de sùmula mínima das preocupações do grupo, com vistas a ajudar a organizar atividades de reflexão, estudo e redação de textos.

2. Marcos gerais da reflexão

2.1 – O grupo e sua história, em desenvolvimento desde 1996; a obra de Antonio Candido e de Roberto Schwarz, em geral; o ângulo de leitura materialista e de esquerda, dos movimentos sociais e do inconformismo.

2.2 – O interesse no ensino e na pesquisa no âmbito da Literatura Brasileira, da Cultura Brasileira, da Teoria da Literatura. O desejo de constituir um trabalho coletivo e de intervenção pública, contrariando duas marcas da vida acadêmica atual, o isolamento (auto-satisfeito, em grande parte das vezes) e o horizonte intramuros do trabalho de pesquisa (e conformado com isso, muitas das vezes).

2.3 – A rejeição ativa ao modo anódino de debater e pensar a literatura, como também ao modo elitista de conceber a literatura e a prática docente; a inconformidade com as práticas hegemônicas, no campo da Literatura, na Universidade de nosso tempo – as práticas no fundo beletristas, pseudofilosofantes, conformistas, autocongratulatórias.

2.4 – O interesse em produzir ensaios e publicações para o leitor jovem, universitário em geral, das Letras, Artes e Humanidades em particular, futuro professor ou o jovem professor; para o militante social e político e para qualquer leitor que esteja interessado em ter acesso à literatura brasileira como caminho para pensar o país real, com vistas a transformá-lo a favor das maiorias.

2.5 – O interesse em construir e expor análises e interpretações sobre a literatura e a cultura brasileiras (mas não só) empenhadas no desvelamento da luta social ao longo da história e da geografia do Brasil (mas não só).

3. Desvelar a luta social

Como sabemos, a luta social nem sempre aparece na literatura; e muitas das vezes em que ela é diretamente registrada resulta em literatura secundária. No primeiro caso estão vários casos de literatura feita sob as regras do formalismo, em várias épocas, a poesia que se rege por normas estritas, o arabesco visto como um fim em si mesmo, etc.; no segundo, os naturalismos, a gritaria adolescente, a denúncia direta e simples das más condições de vida, etc.

A obra de nossos mestres Candido e Schwarz é excelente guia para sair dessas armadilhas: ali no século 18 brasileiro, onde se via apenas formalismo neoclássico, por exemplo, Candido ensinou a ver empenho em plantar na colônia as altas exigências da cultura letrada européia e em forjar o autopúblico indispensável à formação do circuito da leitura; ali na obra de Machado de Assis, onde se via quase só um fino ironista de temperamento inglês sem compromisso com a cena brasileira, Schwarz mostrou uma estilização do modo de ser da classe dominante brasileira do escravismo.

Claro que nem sempre se tratará, em nossos estudos, de lidar com autores da temperatura de um Machado de Assis, aliás quase nunca o serão; mas isso certamente não diminui a validade do esforço por divisar a luta social nas várias figurações que ela recebeu e recebe, ainda quando a literatura a obscureça ou a renegue. Daqui pode derivar uma observação pragmática: tendo em vista alcançar aquele leitor desejado, o grupo operará tanto melhor quanto mais conseguir propor-se pautas relevantes de trabalho. Sirva de exemplo, ainda que mais ou menos remoto e talvez nem tão bem sucedido, o livro organizado há anos por Roberto Schwarz *Os pobres na literatura brasileira*: levante a mão quem de nós não se entusiasmou com aquela publicação, por entrever ali, a partir mesmo do título, um caminho de reflexão que auxiliaria, como de fato auxiliou, no desvendamento do mundo, no universo da crítica literária e do ensino de literatura, e isso para não ir mais longe, para os lados da militância social.

4. Pautas importantes

Que pautas seriam importantes para um trabalho como o que desejamos fazer? Para começo de conversa, creio que temos uma espécie de obriga-

ção em repassar o cânone escolar e pré-universitário brasileiro, submetendo-o a uma leitura exigente, sofisticada e profundamente identificada com o sentido aqui esboçado, de desvelamento da luta social no Brasil.

Repassá-lo para revê-lo, o que pode implicar uma série de desdobramentos:

(a) *mudar os textos tratados em aula*, acrescentando outros mais interessantes (ao lado do tédio de Álvares de Azevedo, sua apreciação pela libertação da Grécia ou por Pedro Ivo, digamos);

(b) *mudar os autores vistos em aula*, ou acrescentar outros que não entraram na conversa (Luís Gama, digamos);

(c) *alterar o modo de encarar o autor*, iluminando sua obra desde outros ângulos (Augusto dos Anjos como mais do que um esquisito, como um proto-crítico da civilização, armado com as armas da paranóia periférica, como Roberto Arlt na Argentina, por exemplo);

(d) *apresentar novos jeitos de recortar a tradição*, oferecendo roteiros que relevem aspectos em geral negligenciados ou deliberadamente omitidos pela tradição beletrista e formalista (por exemplo, “A poesia e a campanha abolicionista”, em lugar das gerações da poesia romântica; “A literatura e a luta pela terra”, etc); entre outras possibilidades.

Isso não quer dizer, em nenhum momento, que aos alunos seja oferecido apenas aquilo que na literatura fale diretamente das questões sociais, absolutamente. A começar pelo fato de que todo mundo, e especialmente o aluno da escola pública, tem o direito a todo o patrimônio da cultura letrada, e é nossa obrigação ética oferecer a ele caminhos de acesso a ela, assim como experiências ativas de contato com ela. Mais ainda, temos o dever de apresentar a ele a melhor arte disponível porque, como sabemos, muitas vezes é na arte sem preocupações imediatas com os temas cotidianos, em qualquer época, que vamos encontrar material que nos dispõe para as experiências estéticas mais radicais, que mais nos proporcionam *insights* sobre o modo de ser do homem em si e em sociedade. Metonimicamente: devemos apresentar Shakespeare aos nossos alunos porque ele nos torna homens de nosso tempo, nos proporciona sermos gente capaz de compreender profundamente nossa condição.

Da mesma forma, constitui pauta importante a vida real do aluno da escola brasileira, vida real que inclui as práticas artísticas que estão no horizonte estético rebaixado e trivial que a sociedade oferece e impõe ao aluno (o

nosso aluno universitário e o da escola básica e média). Quer dizer: parece-me que seria uma obrigação nossa aparelhar nosso leitor com a melhor crítica possível, para enfrentar Paulo Coelho, telenovela, canções triviais.

A telenovela, assim como a narrativa televisiva em geral (incluindo a da reportagem), deve ser apresentada ao nosso leitor, que precisa lidar com ela na sua prática pedagógica. Mostrá-la em sua estrutura: as redundâncias que lhe são características; a organização dos personagens; os temas fortes, como o da ascensão social – por sinal, o tema por excelência da telenovela brasileira, quase sempre visto pelo ângulo conformista.

Também entram aqui, a meu juízo, o teatro, a canção e as adaptações da literatura para outros meios. A canção tem que ser posta em circulação ativamente, e nós seremos os mais habilitados a fazê-lo, pelo menos nesta altura da vida brasileira (“Todos têm direito a Noel Rosa” poderia ser a palavra de ordem também metonímica). Quanto às adaptações, precisamos descrever, para ensinar a ver, as perdas e ganhos, os compromissos e as soluções implicados na operação. Finalmente, precisa entrar em nosso horizonte o problema das relações entre a literatura brasileira e outras literaturas, de outros países, línguas e tempos.

Acaso nós teremos condições de fazer isso? E por que nós, os professores de literatura e de língua? Na escola brasileira, só o professor de literatura e de língua portuguesa, regra geral, é que pode oferecer contato do aluno com o patrimônio artístico, em sentido amplo. Não havendo professores de artes e de música, e ocorrendo muitas vezes que o professor de História ou Filosofia interessado tenha uma leitura muito empobrecedora dos aspectos estéticos da arte, sobramos nós mesmos, que temos um pé na crítica, outro na história, e um terceiro e impossível pé na pedagogia.

O aspecto pedagógico parece limitador, neste raciocínio, como algumas vezes parece ser? Eu lembraria, como estímulo, que a *Formação da literatura brasileira*, como todos sabemos, foi inicialmente concebida como um manual para uso escolar... O não sermos aqui páreo para Antônio Candido não significa desistir liminarmente.

5. Luta social, afinal

Creio que desde o segundo encontro de pessoas deste grupo, há uns oito anos, consolidou-se entre nós a certeza de que era interessante manter e fazer crescer a parceria, ao lado de outra certeza, farejada no ar por muitos, talvez especialmente por aqueles que já tinham tido alguma experiência po-

lítica mais direta – a certeza de que, como sempre acontece em agrupações de esquerda, é muito difícil, senão impossível mesmo, obter consensos conceituais. Cada um de nós é um planeta, que acredita ter em si o melhor caminho para equacionar os problemas do mundo, assim os reais como os metafísicos, e não há como ser diferente.

Salvo algum caso de sabedoria, que é sempre raro, é mais comum entre gente como nós a dissidência do que a convergência, especialmente porque assim é a nossa práxis, como diria qualquer marxista principiante: somos trabalhadores com bastante liberdade de pensamento, marcados pela presumida capacidade crítica que não apenas é crítica como é geradora de crítica, nos melhores casos, e mais ainda somos trabalhadores claramente não-aliados em relação a nossa matéria de trabalho e a nosso público. Quer dizer: estruturalmente somos pensadores.

A outra ponta desse raciocínio fica aqui suprimida, mas pode ser mencionada: não apenas somos relativamente livres, como visto acima, mas também, e significativamente *não* disputamos qualquer poder decisivo, qualquer cargo, tanto porque não nos colocamos na perspectiva de tomar, ocupar, etc., alguma instância política de mando significativo, quanto porque, na realidade trivial de que na vida universitária e mesmo escolar o poder é coisa ou remota, ou apenas remotamente relativa ao cotidiano, nos dois casos distante de luta aberta. (Isso sem contar o fato curioso, mas não desprezível, de que neste grupo parecem ter-se concentrado vocações mais intelectuais que políticas em sentido estrito, salvo exceções, umas poucas evidentes ou outras ainda não manifestas...) Somos gente sem necessidade de poder, por um lado, e sem apetite de poder, parece.

Tudo isso vem dito aqui a modo de preâmbulo para tentar entrar numa conceituação de luta social. Tudo isso, então, serve como desculpa preliminar e como horizonte da conversa: será uma mera tentativa, visando ao consenso possível e pretendendo ter uma mínima eficácia, sabendo porém que a tarefa é inexecutável. No fundo, a pergunta que me propus foi singelíssima: como eu explicaria para alguém o conceito de luta social se eu tivesse que convidá-lo para escrever um ensaio ou para dar uma aula a partir dele?

Tudo somado e diminuído, cheguei a uma frase simples: *luta social é toda luta por mais igualdade e/ou por mais liberdade*. Igualdade social e econômica entre os grupos, as classes e os indivíduos; liberdade individual e coletiva, seja no plano político ou no ideológico ou no estético. Luta pela igualdade na distribuição da riqueza produzida, mas também igualdade entre as pessoas, em qualquer plano relevante; luta pela liberdade contra os embustes

ideológicos, políticos, religiosos, mas também luta pela liberdade de culto e de prática política. Qualquer luta que tenha essas diretrizes é luta social, ainda quando tais diretrizes não seja autoconsciente por parte dos atores envolvidos. Qualquer dessas lutas merece ser desentranhada da literatura e da arte, com vistas a habilitar o leitor que nos interessa na decifração de suas possibilidades e limitações, pessoais e coletivas.

Não é o caso aqui de retomar as melhores lições da tradição da sociologia da arte e da literatura, para lembrar que estamos falando da dialética entre sociedade e arte: luta social acontece na vida social real, mas se torna particularmente visível e sensível quando ganha enunciação que a transfigure esteticamente. Pode-se perguntar se luta social é mais ou menos que luta de classes; a resposta que tenho a oferecer é que é mais – quer dizer, é um conceito mais abrangente e por isso mesmo menos específico, tendo a vantagem de ser mais dinâmico e eventualmente mais próprio para divisar movimentos que, sendo menos radicais, estão no centro de tantas lutas de nosso tempo, como o feminismo, a ecologia, etc.

Poderíamos aqui retomar um dos fundamentos materialistas da conversa, ao lembrar, mesmo que de segunda mão, que para Adorno a arte é experiência social decantada. (Vem de Roberto Schwarz esta fórmula ultra-sintética; eu compraria um carro usado desta origem.) Sendo assim, talvez coubesse dizer que luta social é aquele conteúdo que aconteceu e acontece nas tensões da vida real e que encontrou expressão estética; nossa tarefa seria a de fazer o caminho inverso, desvelando aquelas tensões a partir de sua expressão pela via de restaurar os laços entre processo social e forma literária, para repetir aqui uma fórmula de que gostamos.

Numa aproximação de outra ordem, pode-se dizer que nosso trabalho é o de tomar uma forma – um livro, um poema, uma obra, um autor, mas também um conjunto deles, um estilo, talvez mesmo um gênero e uma época – e perguntar para ela, sobre ela e a partir dela: que luta social se vê nas entranhas deste objeto? Como se expressa nele a luta social que eu sei que aconteceu em sua origem ou em seu curso? Qual tensão social alcançou ser vista e expressa por esta forma, e qual tensão não chegou a isso, permanecendo como subtexto ou como fantasma? E ainda: qual tensão social se esconde atrás da aparente calma dessa forma? Qual tensão social foi deliberadamente omitida neste registro que estamos lendo? Assim por diante.

Exemplos não faltam, para qualquer lado. Vamos a alguns temas que renderiam boa conversa: a conquista da palavra pelos de baixo (Aluizio Azevedo, Simões Lopes Neto, Graciliano Ramos, Fernando Bonassi, Luiz Ruffato,

Paulo Ribeiro, etc.) e de fora (Guimarães Rosa), confrontada com a simulação disso ou o pastiche disso; os relatos da privação da liberdade (*O Ateneu*) e os limites disso (a egotrip adolescente); a irreverência como crítica do poder (Gregório de Matos) e os limites disso; a desfaçatez de Brás Cubas e os disfarces do Parnasianismo para evitar o relato da vida real; o malabarismo formal como manobra diversionista, como jogo para a torcida.

6. Estado da questão

Uma das reflexões que se impõem, parece, é o diagnóstico detalhado sobre a prática do ensino de literatura e de cultura, nas escolas como nas universidades, para averiguar qual é o patamar da conversa em que vamos entrar, caso entremos de fato na disputa que estamos enxergando.

Dizendo com certo improviso, mas não sem boa base, pode-se fazer uma apreciação sumária do tema a partir dos seguintes aspectos, relativos ao modo como se concebe e ensina literatura e cultura: (a) obediência a um cânone estreito, em geral profundamente marcado de nacionalismo (romântico ou modernista); (b) descrição da história da literatura como um fenômeno apenas formal, ocorrido no passado e em etapas sucessivas e desconexas, vistas não em articulação mas em justaposição, e alcançando apenas até os anos 1950 ou 60; (c) isolamento da literatura em relação às outras artes e aos contextos, históricos em sentido amplo ou, em âmbito restrito, culturais; (d) contextos históricos, quando presentes, vistos como coisa lateral, ou, quando materialistas, como causação mecânica da arte e da cultura, em geral sem atenção para o debate da sociedade de massas, a cultura do espetáculo, os meios de comunicação massiva e, tema recente, a dita sociedade da informação de circulação eletrônica; (e) ausência de aspectos específicos da leitura materialista e dialética, como diferenças de classe, de região, de linguagem, para o que contribui a naturalização da leitura modernolatra hoje consagrada; (f) isolamento da literatura brasileira em relação a outras culturas, mesmo as mais próximas no continente, o que impede a perspectiva formativa das regiões culturais supranacionais, isso para não falar nas culturas letradas dos países metropolitanos; (g) inocência em relação a um conceito marxista decisivo, o da totalidade histórica, que obriga à visão de conjunto e exige a percepção da dinâmica entre centro e periferia (em vários planos, não apenas das metrópoles coloniais para com o centro das colônias, mas também internamente à nação), que por sua vez leva à noção de aclimação das formas em função de alcançar a matéria e as demandas locais, tudo mer-

gulhado na grande e complexa dialética entre ideologia e estética, na maior parte das vezes barateada mas que merece meditação e debate para entender as relações entre posição social e gosto artístico, por exemplo.

Naturalmente haveria que pensar em formular um marco analítico da atualidade, uma leitura diagnóstica do presente, para modular as postulações feitas até agora. Precisaríamos falar sobre a atual onda de internacionalização, que está, na prática, atropelando a perspectiva nacional vigente até há pouco, sem que isso signifique um arrefecimento das paixões ou nacionalistas ou localistas; sobre as modificações no ensino médio e superior, incluindo o vasto crescimento do ensino privado, que modificou o valor de tudo o que diz respeito à vida cultural superior; sobre a impressionante auto-satisfação do grosso dos estudos superiores de literatura, dedicado ao mundo estritamente acadêmico, baseada na certeza de que comparatismo é sinônimo de elegância de classe e crédito para descolar o bilhete para Paris; assim por diante. Fica como desafio.

7. Para terminar

A idéia aqui formulada pode ajudar a pensar num projeto de largo curso, talvez um ponto adiante para o trabalho até aqui desenvolvido. Nós temos nos orgulhado de ser um grupo com abrangência nacional, gregário, que faz questão de fazer conviverem professores com alunos de graduação e de pós, um grupo que encontrou facilmente suas referências intelectuais principais e, finalmente, um grupo que, em meio a tantas dificuldades, tem encontrado caminhos para conviver. Eis aqui uma oportunidade para dar um passo adiante.

Ao lado de sermos intelectuais com suas preferências e seus projetos e interesses pessoais, e portanto indivíduos com vida autônoma desejavelmente sólida e permanente, nós sabemos que formamos os professores que vão dar – ou vão negar – o caminho de acesso das gentes ao patrimônio literário e cultural que nós queremos que seja universalmente acessível. (A algum companheiro mais cético, daqueles que chegam à posição ligeiramente cínica de imaginar que nem vale a pena o trabalho de oferecer acesso a todos em direção à alta cultura, eu argumentaria: é melhor que os cidadãos brasileiros tenham crises de consciência conhecendo a cultura letrada que nós conhecemos, do que sem conhecê-la. E lembraria uma observação em forma de boutade feita por Fernando Novais em um grande evento, organizado pela Maria Elisa Cevasco em São Paulo, em torno da obra de Roberto Schwarz:

disse ele que, para um historiador marxista, necessariamente as coisas que mais interessam são o modo de produção e a luta de classes; e se é *luta*, é porque a história não está parada, podendo vir a alterar seu curso.)

Creio que poderemos desenvolver um trabalho valoroso, baseado numa perspectiva cooperativa, sempre crítica (e autocrítica, na melhor hipótese). E que nos sirvam de estímulo, finalmente, duas idéias muito fortes na obra de Antonio Candido: uma, que a literatura é um dos direitos humanos, que nos cabe oferecer a muita gente; outra, que estudar literatura pode ser um exercício de colocar-se no ângulo de observação de gente que não pode enxergar o que enxergamos – se não for demasia, eu diria que devemos aproveitar a lição de Candido, que na *Formação da literatura brasileira* postulou uma visada desde o ponto de vista dos homens que fizeram o país, tanto quanto nós podemos postular, salvo engano, uma reinterpretação da literatura brasileira desde o ponto de vista de quem quer mais igualdade e mais liberdade, especialmente dos que menos têm isso e aquilo.

Resumo: A crítica literária e cultural de linhagem “formativa” e marxista, em nossos dias, precisa lidar com várias tarefas, como a de rever a história da literatura, ou o que em certo momento passou a se chamar de “cânone”, arguindo-a sobre sua capacidade de incorporar novos elementos. Um dos vértices desta arguição pode ser o conceito de “luta social”, presente desde sempre na história social, algumas vezes explícito na literatura e certamente decisivo para pensar a cultura brasileira de nosso tempo. Tal conceito é aqui averiguado e, em certa medida, explicitado.

Abstract: The literary and cultural criticism of marxist and “formative” lineage must deal, in our days, with many tasks, for instance, the revision of literary history, the so-called “canon”, arguing it about its capacity of incorporating new elements. One vertex of this discussion can be the concept of “social struggle”, which exists from the beginning in social history, sometimes explicit in literature and certainly decisive in thinking the Brazilian culture of our days. This concept is here analysed and, in certain proportion, enunciated.

Palavras-chave: Formação da literatura brasileira. Luta social na literatura brasileira. Sociologia e história da literatura brasileira.

Recebido para publicação em 29/04/2005. Aceito em 10/05/2005.